



Filiado à **CNE** e **CUT**

NÚMERO 321 • Maio 2024

www.apeoesp.org.br

TARCÍSIO/FEDER, TIREM AS MÃOS DO DINHEIRO DA EDUCAÇÃO

ADIAMOS A VOTAÇÃO DA PEC 9! A LUTA SERÁ MAIS FORTE NO SEGUNDO SEMESTRE

NÃO AO AUTORITARISMO, ESCOLAS QUARTEL E OPRESSÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

POR EMPREGO, SALÁRIO, DIREITOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO



É MAIS:
Mudanças na atribuição!
Págs 4 e 5

Luta contra reforma do ensino médio de Temer continua
Pág. 6

Educadores argentinos homenageiam João Felício
Pág. 7

Todos contra escolas-quartel
Pág. 8

ÍNDICES DA APEOESP MAIO/ 2024

| | | |
|--|-------------------------------------|------------------------------------|
| | PEB I (24h): R\$ 1.562,22 | PEB II (24h): R\$ 1.808,47 |
| | SALÁRIO MÍNIMO OFICIAL R\$ 1.412,00 | SALÁRIO MÍNIMO DIEESE R\$ 6.946,37 |

CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS

DESCONTO DA MENSALIDADE NO HOLERITE DE MAIO SERÁ DE 1,4% SOBRE O SALÁRIO DE CADA ASSOCIADO

Caravanas em defesa da Educação Pública

Centenas de professores e professoras, conselheiros e diretores do Sindicato percorreram ruas e escolas em todo o Estado com a Caravana Por Educação e Serviços Públicos de Qualidade, conforme deliberação da assembleia realizada em 15 de março.

A atividade, que aconteceu no período de 02 a 22 de abril e também de 10 a 19 de junho, foi primordial para dialogar com a categoria, a comunidade escolar e a população sobre as demandas da Educação Pública, a luta dos professores e a perspectiva de uma greve estadual em defesa dos direitos e da qualidade do ensino.

Há uma forte ofensiva do governo Tarcísio/Feder contra nossa categoria, a escola e demais serviços públicos que nos obrigam a permanecer em luta em todas as regiões do Estado. Veja alguns registros da Caravana Por Educação e Serviços Públicos de Qualidade.



Piracicaba



Piracicaba



Pindamonhangaba



Mogi Mirim



Tupã



Lins



Botucatu



Jales



Catanduva



Mogi das Cruzes



Oeste-Lapa



Campinas



Norte Santana



Santa Fé



Marília



Sudeste-Centro



Limeira



XII Encontro de Aposentados(as) reúne professores(as) de todas as regiões



Diretoria da APEOESP na mesa de abertura

O XII Encontro de Professores(as) Aposentados(as) da APEOESP aconteceu no último dia 23 de maio em uma linda ocupação na Praça da República, em frente à Secretaria da Educação, centro da Capital.

Além da exposição de trabalhos e apresentações artísticas feitas pelos próprios professores e professoras, o Encontro foi também um momento de reflexão sobre a força e resiliência deste setor que se mantém ativo, principalmente na luta pela garantia de seus direitos. Direitos estes que seguem sendo usurpados pelo atual governo de Tarcísio/Feder que se recusa a atender as reivindicações e devolver os valores confiscados de cada aposentado e aposentada, apesar da decisão do STF considerando o confisco inconstitucional.

Mais do que nunca, diante desta decisão, continuaremos nesta luta e também no reconhecimento da importância dos professores e professoras que tanto contribuíram e contribuem com a Educação Pública de São Paulo.



Deputada Professora Bebel fala aos aposentados (as)



Professores (as) de todas as regiões presentes

Editorial

DIGITALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS E DA DEMOCRACIA



O projeto do governo Tarcísio de Freitas/Renato Feder para o estado de São Paulo passa pela militarização da Educação e da sociedade. Neste projeto, a Polícia Militar vem tendo sua atuação cada vez mais politizada, sendo utilizada pelo governo para impedir que a juventude, os trabalhadores, os professores e demais segmentos possam se manifestar e lutar pelos seus direitos. Também o autoritarismo e o assédio moral têm sido uma constante nas escolas e demais espaços da administração pública contra o conjunto do funcionalismo.

Dois episódios recentes confirmam esta realidade. No dia 21 de maio, a PM foi acionada pelo governo para agredir de forma violenta, dentro da Assembleia Legislativa, estudantes adolescentes que lutavam contra a aprovação do PLC 9/2024, que cria escolas cívico-militares, verdadeiras escolas-quartel a serem implementadas com o dinheiro da Educação. Sete estudantes, dois deles menores, foram presos e soltos no dia seguinte, inclusive com o trabalho de advogados da APEOESP.

Lamentavelmente o projeto foi aprovado, mas

em cada escola estaremos presentes juntamente com a comunidade para impedir que esse ataque se concretize. Trata-se de um projeto inconstitucional, que será também contestado na Justiça.

Três dias depois, nova abordagem violenta, desta vez em plena Faculdade de Direito da USP no Largo São Francisco, tentando impedir que estudantes protestassem contra a indesejável presença do governador Tarcísio de Freitas num local que é um dos símbolos da luta democrática no Brasil.

A APEOESP, como tem sido ao longo de sua história, não se omite na luta contra esses projetos de destruição da Educação, dos serviços públicos, dos direitos da cidadania e da democracia. Nesta edição, mostramos a Caravana por Educação e Serviços Públicos de Qualidade, que percorreu todas as regiões do estado, dialogando com professores, estudantes, pais e toda a comunidade.

Abordamos também a greve dos aplicativos, que de 19 a 23 de maio levou pelo menos 35% dos professores, com apoio de grande número de estudantes, a não utilizarem as plataformas

digitais impostas pelo secretário da Educação, que oprimem docentes e prejudicam a aprendizagem. Esse movimento chamou a atenção da sociedade para o autoritarismo da imposição dessas plataformas, ao mesmo tempo em que evidenciou o uso indevido da Inteligência Artificial e da digitalização no processo educativo.

O grande negócio das plataformas digitais

No plano mais geral, bilionárias big techs fomentam ataques à democracia e se negam a acatar o ordenamento jurídico que visa proteger os direitos dos cidadãos. O megaempresário norte-americano Elon Musk, por exemplo, desafia a soberania e as leis do nosso país: dono do aplicativo "X" e da Starlink, empresa de Internet via satélite, por muito pouco não levou um contrato multibilionário com o MEC para prover acesso à rede a todas as escolas públicas do Brasil, que havia sido articulado pela Fundação Lemann, o Todos pela Educação e outras organizações deste tipo.

Em São Paulo, Feder, que é acionista da Micro-laser, outra empresa de informática atuante na Educação e no governo do Estado, vem investindo pesado na digitalização, prejudicando a qualidade do ensino e manietando os professores.

O governo estadual recuou de um contrato sem licitação de R\$ 200 milhões para livros digitais, mas realizou outro de mais de R\$ 70 milhões para apostilas e jogos digitais. Estudos, inclusive da UNESCO, demonstram os prejuízos do uso excessivo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na Educação.

Além da militarização, Tarcísio e Feder querem privatizar a gestão de escolas em troca de reformas e construções, eliminando qualquer vestígio de gestão democrática. O secretário da Educação também impôs o absurdo Decreto 68.425/2024, determinando que familiares ou pessoas pagas façam o papel de atendentes pessoais de estudantes com deficiência nas unidades escolares. Não podemos aceitar! Já há muita desigualdade para que crianças e jovens de baixa renda, que não poderão ter familiares disponíveis ou profissionais pagos, sejam humilhados desta forma. A deputada Professora Bebel, Segunda Presidenta da APEOESP, apresentou PDL e protocolou representação no MP e ação popular pela anulação deste Decreto.

Continuamos mobilizados por salários, emprego, condições de trabalho, carreira, atribuição de aulas justa e transparente e contra o confisco de R\$ 10 bilhões das verbas da Educação. O governo ainda não conseguiu aprovação na Comissão de Justiça, Constituição e Redação da Alesp, onde a deputada Professora Bebel e demais parlamentares de oposição conseguiram obstruir a votação com pedidos de vistas e leitura integral do voto em separado da deputada. Ainda que seja aprovado na CCJR, continuará tramitando e continuaremos denunciando e lutando.

A Diretoria

Solidários com o povo da Palestina



Desde que Israel iniciou a ofensiva contra o povo palestino, em 7 de outubro, os bombardeios e ataques terrestres contra a população desarmada já forçaram mais de 1,7 milhão de palestinos, de um total de 2,4 milhões, a fugirem para o sul da Faixa de Gaza, deixando suas casas destruídas.

Mais de 34 mil palestinos, a maioria mulheres, crianças e idosos, já morreram. Colonos israelenses armados invadem terras palestinas para delas se apossarem, demonstrando que as intenções da ofensiva militar vão além da alegada intenção de libertar reféns. Há ainda 133 reféns israelenses na Faixa de Gaza e o Hamas continua ativo. Contudo, o massacre continua.

Em todo o mundo – e também em Israel – crescem os movimentos pelo cessar fogo, enquanto Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro, continua bloqueando ajuda humanitária e assassina jornalistas e agentes da ONU e outras instituições. Nos Estados Unidos e na Alemanha – cujos governos apoiam Israel – a repressão aos movimentos se torna cada vez mais violenta, assim como em Israel.

MOBILIZAÇÃO, LUTAS E AÇÃO PARLAMENTAR

Queremos a recuperação do poder de compra de nossos salários!

Desvalorizar os profissionais da Educação é uma arma de governos que defendem a desigualdade e atacam os direitos sociais. Professor valorizado é caminho para Educação pública gratuita, laica, inclusiva, de qualidade.

No estado de São Paulo, uma sucessão de governos descomprometidos com a qualidade da Educação produziram um enorme desgaste no poder de compra dos salários dos professores. Um dos parâmetros para medirmos esse desgaste, entre outros, é a comparação entre nossos salários-base e o Piso Salarial Profissional Nacional (veja tabela).

Em 2009, o salário-base de PEB I estava 37,8% acima do PSPN e de PEB II 59,5% acima. Hoje, PEB I recebe 43,2% abaixo do PSPN e PEB II 34,2%. Considerando as perdas acumuladas, precisaríamos de um reajuste de 75,9% para voltarmos àquele patamar. O governo não reajusta nossos salários pelo piso e ainda paga da forma ilegal o

abono complementar. Todos os anos vamos à Justiça. Em 2017, conquistamos 10,15%, suspensos pelo STF, devido a recurso do Estado, do qual recorremos.

Nossa campanha salarial e educacional continua no segundo semestre. Exigimos o pagamento deste reajuste e negociações para recuperar o poder de compra de nossos salários.

Tabela 1 - Evolução da Relação entre Salário inicial do Magistério Estadual Paulista e o PSPN (40 horas) Brasil e Estado de São Paulo 2009-2024*

| Ano | PSPN | | PEB I | | PEB II | |
|------|----------|----------|--------------|-------------------|--------------|-------------------|
| | Reajuste | Nominal | Salário Base | Salário Base/PSPN | Salário Base | Salário Base/PSPN |
| 2009 | | 950,00 | 1.309,17 | 37,8% | 1.515,52 | 59,5% |
| 2010 | 7,86% | 1.024,67 | 1.309,17 | 27,8% | 1.515,52 | 47,9% |
| 2011 | 15,84% | 1.187,02 | 1.368,75 | 15,3% | 1.584,49 | 33,5% |
| 2012 | 22,23% | 1.450,86 | 1.636,21 | 12,8% | 1.894,12 | 30,6% |
| 2013 | 7,97% | 1.566,49 | 1.803,93 | 15,2% | 2.088,26 | 33,3% |
| 2014 | 8,32% | 1.696,83 | 1.950,41 | 14,9% | 2.257,84 | 33,1% |
| 2015 | 13,01% | 1.917,53 | 2.086,94 | 8,8% | 2.415,89 | 26,0% |
| 2016 | 11,36% | 2.135,44 | 2.086,94 | -2,3% | 2.415,89 | 13,1% |
| 2017 | 7,64% | 2.298,59 | 2.086,94 | -9,2% | 2.415,89 | 5,1% |
| 2018 | 6,82% | 2.455,35 | 2.233,02 | -9,1% | 2.585,00 | 5,3% |
| 2019 | 4,17% | 2.557,74 | 2.233,02 | -12,7% | 2.585,00 | 1,1% |
| 2020 | 12,84% | 2.886,24 | 2.233,02 | -22,6% | 2.585,00 | -10,4% |
| 2021 | 0,00% | 2.886,24 | 2.233,02 | -22,6% | 2.585,00 | -10,4% |
| 2022 | 33,24% | 3.789,58 | 2.233,02 | -41,1% | 2.585,00 | -31,8% |
| 2023 | 14,95% | 4.420,55 | 2.456,32 | -44,4% | 2.843,50 | -35,7% |
| 2024 | 3,62% | 4.580,57 | 2.603,70 | -43,2% | 3.014,12 | -34,2% |

Fonte: FNDE/MEC e ALESP
Elaboração: Diocese/Subseção APEOESP
Nota (*) valores referenciados no mês de janeiro de cada ano.

Uma grande assembleia com mais momento, a campanha salarial demonstrando disposição de luta responsável, a assembleia decidiu por as quais destacamos a greve dos professores. Em ato posterior, professores da luta com atividades nas escolas da APEOESP e também do município e convocamos todos e todas da Educação Pública e dos direitos



APEOESP em assembleia com

Não à privatização de nossas escolas!

Juntamente com esta edição do Jornal da APEOESP você está recebendo um cartaz contra a privatização das escolas estaduais, anunciada pelo governo Tarcísio/Feder. Você poderá afixá-lo na sua escola ou, no caso de aposentados e aposentadas,

solicitar que possam ser colocados em casas comerciais ou em espaços públicos (como postos de saúde, por exemplo), para que toda a população tome consciência deste ataque que se prepara contra a Educação pública estadual.

No cartaz estão argumentos sólidos contra a privatização. Educação é direito de todas e todos, deve ser assegurado pelo Estado e a gestão das escolas também deve ser pública, conduzida pelo poder público juntamente com a comunidade, por meio dos Conselhos de Escola, e não entregue a empresas, sob pretexto algum. Numa escola, a gestão democrática (prevista na Constituição Federal e na LDB) integra a parte pedagógica e a parte administrativa, pois uma existe em função da outra. A APEOESP está em luta contra a privatização das escolas e, para isso, conta com o apoio de todos os profissionais da Educação, dos estudantes, dos funcionários, dos movimentos sociais, das centrais sindicais e dos sindicatos, enfim, de todos os setores que lutam por Educação pública, gratuita, inclusiva, de qualidade.

Cada escola será um polo dessa luta. Queremos, sim, novas escolas, e é obrigação do Estado construí-las, sem entregar sua gestão para nenhum grupo privado. Ao contrário, deve realizar concursos públicos, recompor o quadro de funcionários e assegurar o acesso universal de todas e todos à sólida formação básica a que têm direito.

Instituição de confisco avança

Em 2022, com nossa mobilização e o trabalho de nossa deputada estadual e Segunda Presidenta, Professora Bebel, a Alesp aprovou por unanimidade o fim do confisco de aposentados e pensionistas. A luta agora é pela devolução dos valores descontados.

No Supremo Tribunal Federal, em votação eletrônica, os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Carmem

APDs em local de livre escolha foram garantidas pela nossa luta

No início do ano letivo circulou a informação de que gestores escolares ainda pressionavam professores a realizarem Atividades Pedagógicas Diversificadas (APD) nas escolas. Recorremos imediatamente ao gabinete da SEDUC que, neste caso, fez cumprir a lei.

Em dezembro de 2023, por ocasião da tramitação na SEDUC do Projeto de Lei Complementar 143/2023, que alterou aspectos da

LC 1374/2002, o governo embutiu dispositivo que permitia ao Secretário da Educação definir o local de cumprimento das APDs. Na condição de deputada estadual, a Segunda Presidenta da APEOESP, Professora Bebel, não aceitou este ponto e negociou com a liderança do governo, a SEDUC e a presidência da Alesp, dispositivo que garante APD em local de livre escolha.

Veja:

Redação original do PLC 143/2023

b) o § 1º do artigo 10:
O tempo de trabalho destinado às atividades pedagógicas sem interação com os educandos será cumprido em local definido por ato do Secretário da Educação.

Como ficou após negociação da Professora Bebel

Artigo 1º - (...)
b) o § 1º do artigo 10:
O tempo de trabalho destinado às atividades pedagógicas sem interação com os educandos será cumprido em local de livre escolha do docente.

Queremos a convocação de professores aprovados

Em resposta a demandas encaminhadas pela deputada estadual e Segunda Presidenta da APEOESP Professora Bebel, o Secretário Executivo da SEDUC afirmou que a pasta está solicitando ao governo a ampliação do número de convocações do concurso para Professor de Ensino Fundamental e Médio para até 25 mil dentro do prazo de validade. Este número poderia chegar a 30 mil, a depender de aposentadorias.

É evidente que isto representa um avanço, frente às 15 mil vagas

PARLAMENTAR EM DEFESA DA CATEGORIA

de 10 mil professores marcou, até o final do ano, a categoria. De forma equilibrada e com um calendário de atividades – entre outros – aplicativos de 13 a 19 de maio. Os professores aprovaram a continuidade da categoria em escolas e um ato unificado em todas as páginas algumas das páginas do mandato da Professora Bebel na Alesp para reforçar a luta em defesa da categoria de toda nossa categoria.



Contra os ataques do governo estadual

Defesa da categoria no STF

Lúcia, Dias Tofoli, Alexandre de Moraes, André Mendonça, Luiz Fux votaram a favor dos servidores. Contra os servidores: Roberto Barroso, Nunes Marques, Cristiano Zanin. Mantida essa maioria, o dinheiro terá que ser devolvido.

Lamentavelmente, o ministro Gilmar Mendes pediu vista no processo, que poderá demorar a ser retomado. Estamos atentos!

Reabertura de todos os processos no concurso

iniciais, mas ainda distante da realidade atual da rede estadual de ensino, composta em pelo menos 50% por professores temporários.

Não aceitamos provinhas e videoaula! Queremos atribuição de aulas presencial, justa e transparente

As regras do Processo Seletivo Simplificado são inaceitáveis. Apesar da CGRH, em retorno ao contato da APEOESP, ter afirmado que o objetivo deste PSS é a formação de um cadastro reserva de docentes temporários para 2025 e que classificados no concurso serão priorizados para contratação temporária, não aceitaremos provinhas e imposição de videoaula, que tantos problemas causaram no último pleito.

Com muita luta, já derrotamos as provinhas por não refletirem de fato o papel e a formação do(a) professor(a), agravadas por muitos fatores, inclusive técnicos, que interferem e distorcem qualquer tipo de avaliação justa. Novamente, tomaremos todas as medidas, inclusive judiciais, contra esse tipo de imposição, em defesa da dignidade profissional de todas as professoras e professores.

Não vamos admitir novas injustiças aos professores

Regras da atribuição de aulas contidas nas Resoluções 43, 44 e 45 atacam direitos dos professores. Critérios de classificação não priorizam o tempo de serviço, como reivindicamos. Mais grave: a permanência do professor da categoria O na mesma escola (que defendemos) fica condicionada a avaliação da equipe gestora, o que não aceitamos. Vamos à Justiça para defender os direitos de todos: efetivos, estáveis, temporários.

A SEDUC quer que o processo continue online. Nossa reivindicação é por atribuição de aulas presencial, transparente, com regras justas, para que não se repitam os graves problemas ocorridos neste ano, conforme descrevemos a seguir. Que a APEOESP possa fiscalizar de forma direta e presencial, como em anos anteriores.

Enfrentamos a atribuição de aulas caótica de Tarcísio/Feder

A APEOESP enfrentou desde o final de 2023 a pior atribuição de aula já

ocorrida na rede estadual de ensino. Os problemas iniciaram quando o governo se recusou a prorrogar os contratos dos professores temporários, como vinha sendo feito desde 2018, resultando em quase 50 mil demissões. Se não fosse a pronta intervenção da APEOESP, demitiria também 61 mil professores com contrato ativo.

Diante dos erros gritantes e graves prejuízos aos professores, realizamos assembleia e ato em frente à SEDUC, cobrando classificação correta, pagamento de salários, antecipação do pagamento do bônus, alteração das regras para valorizar o tempo de serviço, retirada da redução de pontuação de professores que haviam feito uso de licenças e muitos outros pontos.

Garantimos que o tempo de serviço fosse considerado

Conseguimos assegurar, com nossa pressão que o tempo de serviço corresponda a 10% da pontuação. Não é o que queremos: ele precisa ser o principal fator da classificação. Registre-se que o tempo de serviço também interfere na classificação do concurso, base para a classificação à atribuição de aulas.

Garantimos a participação de dezenas de milhares de professores na atribuição inicial

Com a recusa de prorrogação dos contratos relativos a 2018/19/20, exigimos que esses professores não fossem obrigados a esperar o fim da quarentena para somente então participar da atribuição. Assim, todos puderam participar da inicial e o ano letivo começou apenas em 15 de fevereiro.

Ingressamos com ações judiciais

Ingressamos na Justiça para garantir que fossem consideradas como efetivo exercício para fins de classificação as licenças saúde, prêmio, TRE, gestante e todas as demais asseguradas no Estatuto do Servidor. Ganhamos as liminares, mas infelizmente foram cassadas. O mérito das ações ainda não foi julgado.

Conseguimos correção da classificação de PEB I

O banco de talentos, para PEB I e professores não classificados no concurso, foi um verdadeiro desastre. Grande número de erros na classificação só puderam ser corrigidos mediante pressão da APEOESP, com a reabertura de prazos para a retificação de informações.

Impedimos aprovação do confisco das verbas da Educação no primeiro semestre



O governo Tarcísio/Feder não conseguiu, até o momento, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Alesp (CCJR) aprovar a PEC 9/2024, que confisca, em valores atuais, R\$ 10 bilhões da Educação, reduzindo a vinculação de verbas de 30% para 25%.

Mais ainda, o governo desistiu de pautar o tema na CCJR e deverá voltar a colocá-lo em pauta no início do segundo semestre.

Essa decisão de Tarcísio reflete as dificuldades que vem encontrando graças à nossa mobilização, juntamente com estudantes, centrais, sindicatos e movimentos sociais e ao trabalho parlamentar liderado pela deputada Professora Bebel, Segunda Presidenta da APEOESP.

Desde o início da tramitação, a deputada vem realizando um consistente trabalho de obstrução na CCJR, assim como os demais deputados de oposição. Além de sucessivos pedidos de vista de diversos deputados, a deputada Professora Bebel fez a leitura integral de seu volumoso voto em separado.

Continuaremos mobilizados, denunciando e pressionando os deputados da base governista, para que revejam este ataque sem precedentes à Educação, aos serviços públicos e aos direitos educacionais da população paulista. Importante mantermos a coleta de assinaturas no Projeto Popular de Emenda à Constituição garantindo 30% do Orçamento Estadual para a Educação Pública. Veja no portal da APEOESP: www.apoesp.org.br.

Videoaula no concurso foi incorreta e injusta

A APEOESP divulgou amplamente e mantém sua posição contra a exigência de videoaula no concurso. A videoaula apresenta um recorte de 8 minutos de uma suposta aula, e não avalia de fato a formação e a didática do professor. No caso do concurso para

Professor de Ensino Fundamental e Médio foi ainda pior, porque a avaliação das videoaulas foi realizada por Inteligência Artificial, com erros gritantes, sem transparência e esclarecimento aos professores eliminados.

Por isso a APEOESP ingressou

com Ação Civil Pública, conseguiu novos prazos para reavaliação, que foi insatisfatória e manteve os problemas. Em função do novo prazo, a liminar foi cassada, mas nosso Sindicato manteve a ação, cujo mérito ainda será julgado.

“Big Brother paulista”: assédio moral e plataformas digitais para intimidar e controlar

O assédio do bilionário das Big techs, Elon Musk, sobre a democracia brasileira, mostra a perigosa importância que as tecnologias da informação e comunicação (TICs) assumiram no mundo contemporâneo. Elas também têm forte impacto na Educação.

Na gestão Tarcísio/Feder em São Paulo vem sendo institucionalizado o assédio moral e um de seus principais instrumentos são as chamadas plataformas digitais. Elas se tornaram verdadeiras armas para vigiar, fiscalizar, direcionar e ameaçar professores para que sigam cegamente a política educacional digitalizada do secretário. A publicação de portaria do Coordenador da Coordenadoria Pedagógica sobre um suposto “apoio presencial” na sala de aula reforça este quadro: mais vigilância sobre professores e estudantes.

A chamada “plataformização” também é espaço para grandes empresas/negócios. Dois contratos milionários sem licitação foram denunciados: um de R\$ 200 milhões para aquisição de livros digitais (cancelado) e um de R\$ 30,8 milhões para materiais e jogos digitais, com a empresa Alura, sem concorrência no mercado. Lembremos que Feder é empresário da área e acionista da Multilaser, empresa que mantém contratos com o governo.

A Resolução SEDUC 4/2024,



Deputada Professora Bebel fala aos professores em ato por garantia de direitos



Professores mobilizados em defesa da Educação

que regulamenta a LC 1396/2023, que permite exoneração e transferência de diretores, vices e supervisores, caso não cumpram metas estabelecidas pelo governo faz com que esses gestores transmitam a pressão para professores e funcionários nas escolas.

A SEDUC quer retirar dos docentes a liberdade de ensinar e a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas; ou seja, sua liberdade de cátedra, para se tornarem monitores, que transmitem a seus estudantes conteúdos pré-definidos pelo governo.

Não vamos permitir! A greve dos aplicativos foi uma das nossas ações contra estes ataques. Vamos continuar denunciando todos os casos de abusos e assédios moral.

Substituir docentes por IA é absurdo

A substituição de professores por robôs guiados por inteligência artificial (IA) é um escárnio sem precedentes e representa um novo e grave patamar de precarização dos profissionais da Educação e um ataque aos direitos dos estudantes.

A inteligência artificial deve ser uma ferramenta pedagógica, inserida em longo e refletido planejamento, para potencializar as estratégias de ensino e aprendizagem. Nunca, jamais, como forma de substituir professores como responsáveis pela formulação de conteúdo pedagógico. A IA já se provou importante auxiliar do processo criativo. Mas ela é meio. Não fim em si mesma.

Além de irresponsável, a medida representa um equívoco sem precedentes. Sozinha, a IA comete erros infantis e faz associações equivocadas de informações. O volume de conteúdo que ela produzirá invariavelmente conterá muitos erros. Colocar os professores como auxiliares dela, e não o contrário, importará em desperdício de horas de trabalho, com possibilidade de erros serem mantidos, em prejuízo do processo pedagógico e dos profissionais responsáveis. E, certamente, resultará em demissões. Não vamos aceitar!

Senado aprova mudanças no ensino médio



O Senado Federal aprovou alterações no ensino médio contidas no Projeto de Lei 5230/23 encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional. A Casa modificou as alterações inseridas no projeto pela Câmara dos Deputados, razão pela qual a matéria volta para a Câmara para nova votação.

Não é o projeto dos nossos sonhos. Continuamos lutando pela revogação total da reforma do

ensino médio (MP 746/2016) e por um ensino médio que atenda os interesses dos filhos e filhas da classe trabalhadora, com muito mais qualidade e sólida formação. Entre-

tanto, as alterações aprovadas pelo Senado trazem avanços importantes em relação ao ensino médio atual e representam uma derrota para setores representados pelo movimento

Todos Pela Educação, Fundação Lemann e o relator na Câmara, deputado Mendonça Filho, um dos autores da reforma do ensino médio.

Veja as alterações:

| | MP 746/2016 (ALTERADA EM 2022) | MUDANÇAS APROVADAS NO SENADO |
|--|--|------------------------------------|
| FORMAÇÃO GERAL BÁSICA (FGB) | 1.800 HORAS | 2.400 HORAS |
| ITINERÁRIOS FORMATIVOS OU ENSINO TÉCNICO | 1.200 HORAS | 600 HORAS (ITINERÁRIOS FORMATIVOS) |
| TOTAL | 3.000 HORAS | 3.000 HORAS |
| ENSINO TÉCNICO | | |
| Obs: A partir de 2029, as cargas horárias dos cursos voltados à formação técnica ou profissional poderão ter cargas horárias ampliadas. O estudante poderá ter quer cursar até 3.600 horas para receber o diploma. | FORMAÇÃO BÁSICA(FGB) | 2.200 HORAS |
| | FORMAÇÃO TÉCNICA | 800 HORAS |
| | TOTAL | 3.000 HORAS |
| | OBS: 400 horas destinadas à FGB poderão ser remanejadas para Formação Técnica, caso o curso escolhido ultrapasse a duração prevista. | |

Os itinerários formativos serão direcionados ao aprofundamento nas áreas:

- Línguas e suas tecnologias, integrada pela língua portuguesa e suas literaturas, língua inglesa, língua espanhola, arte e educação física;
- Matemática e suas tecnologias,
- Ciências da natureza e suas tecnologias, integrada pela biologia, física e química.
- Ciências humanas e sociais aplicadas, integrada pela filosofia, geografia, história e sociologia.

Formação técnica e profissional. Língua Espanhola passa a ser disciplina obrigatória no ensino médio.

Todo o ensino médio deverá ser cursado de forma presencial – ensino a distância será permitido apenas em situações emergenciais.

Conferência aprova propostas em defesa dos direitos das mulheres

Cerca de 400 professoras reuniram-se em Águas de São Pedro para participar da XI Conferência das Mulheres da APEOESP em 27 e 28/04. Sob o tema “Mulheres na política, sim! Misoginia, não! Pela unidade para derrotar o fascismo!”, as professoras debateram e aprovaram 74 propostas à Secretaria da Mulher e demais instâncias do Sindicato contra o assédio e a violência, os ataques do governo Tarcísio/Feder e pela ampliação da participação das mulheres na política.

Da mesa da abertura dos trabalhos, coordenada pela secretária para Assuntos da Mulher, Suely Fátima de Oliveira, e a vice, Eliana Nunes dos Santos, participaram o Primeiro Presidente da APEOESP, Fábio de Moraes, e a Segunda Presidenta, deputada Professora Bebel. A mesa contou ainda com a presença de Fátima Aparecida da Silva, Secretária Geral da CNTE; Francisca Pereira Rocha,



da APEOESP e da CTB; Maria Regina G. Viana, Secretária da Mulher Trabalhadora da CUT-SP; Juliana Queiroz e Ana Paula dos Santos (PSOL).

As delegadas participaram dos

debates sobre Conjuntura Nacional e Estadual, realizados pela Professora Bebel, Fátima Silva, e pela vereadora de São Paulo, Luana Alves. Em seguida, uma Mesa abordou “A violência contra a mu-

lher a ser enfrentada: Doméstica, Racial, Misógina e Política”, que contou com as debatedoras Márcia R. G. Viana, da CUT-SP, e Lamira Oliveira da Silva.

Ainda no sábado, aconteceu a Mesa “Convenção 190” da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata sobre o assédio no ambiente de trabalho. Debateram o tema Márcia Yuri S. Ikuta, pesquisadora do Dieese, e a deputada estadual Sirlene Sales, da Bancada Feminista.

O segundo dia começou com a professora Anatalina Lourenço, da APEOESP e atualmente assessora no Ministério do Trabalho e Emprego, abordando a Lei da Igualdade Salarial (Lei 14.611/2023). “Feminismo e Sororidade” foi tema da mesa que teve como debatedoras Tatau Godinho, ex-coordenadora Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo; Mônica Fernandes, secretária de Direitos Humanos da APEOESP, e Francisca P. da Rocha, Secretária de Assuntos Educacionais.

Marcha em defesa dos trabalhadores



Em 22 de maio, tanto CNTE como a APEOESP integraram a Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília, organizada pela CUT e demais Centrais Sindicais. Valorização profissional, defesa da Educação pública e dos direitos da classe trabalhadora eram algumas das reivindicações da Marcha que contou com milhares de servidores/as da educação básica de todo o país. Revogação das reformas trabalhista, previdenciária, fim da lei das terceirizações e PNE inclusivo e emancipador também fizeram parte da pauta apresentada pela Marcha.

XIII Conferência Regional da Internacional da Educação

Entre os dias 7 e 9/04, organi-

zações sindicais de trabalhadores/as em Educação da América Latina reuniram-se em San José, na Costa Rica, para participar da XIII Conferência Regional da Internacional da Educação para a América Latina. Além da eleição do novo Comitê Regional de 2024-2029, o evento buscou proporcionar a troca de experiências entre os países, por meio de avaliações da conjuntura política e da realidade da Educação em cada uma das nações presentes.

Uma comitiva integrada pela diretoria da CNTE e representantes dos sindicatos filiados estiveram presentes no evento, representando os profissionais brasileiros da classe trabalhadora educacional. Membros da Diretoria da APEOESP representaram os professores paulistas.

Roberto Franklin de Leão, Secretário de Relações Internacionais da CNTE e ex-diretor da APEOESP é o novo vice-presidente do Comitê Regional da IEAL.

Educadores argentinos prestam homenagem a João Felício



No dia 23 de março, a CTA (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras Argentinas) realizou seu Congresso Nacional sob o tema Unidade, Justiça Social e Soberania Popular Por uma Pátria Emancipada. O evento ocorreu na cidade de Buenos Aires e entre outros temas fez uma profunda análise sobre a situação política da Argentina, diante de um governo de extrema direita que vem impondo profundos retrocessos e ataques à classe trabalhadora.

Antecedendo o Congresso, no dia 22, a CTA organizou o Seminário Internacional Estratégias da Classe Trabalhadora por Justiça Social e Soberania dos Povos com presença de sindicalistas de diversos países. Nossos diretores, Zenaide Honório (Secretária Geral) e Roberto Guido (Secretário de Finanças) participaram como representantes da APEOESP.

Durante o evento, os congressistas prestaram homenagens ao Professor João Felício, ex-presidente da APEOESP e da CUT.

O IAMSPE é nosso e ninguém tira!



No dia 25 de abril, a APEOESP, em conjunto com dezenas de entidades do funcionalismo público, realizou ato em frente ao Hospital Público Estadual demonstrando disposição de luta dos servidores em defender seu patrimônio e seus direitos.

Assim como na Educação, o governo Tarcísio de Freitas investe também contra outros setores públicos ao pretender vender o patrimônio do Estado. Entre estes imóveis está o prédio-sede do IAMSPE.

Não vamos permitir! Queremos o IAMSPE com qualidade, descentralizado, com direito de atendimento aos professores da categoria O, com Conselho de Administração deliberativo e paritário, e o cumprimento da cota-parte do Estado para o nosso Instituto.

CADA ESCOLA SERÁ UMA TRINCHEIRA CONTRA AS ESCOLAS-QUARTEL



Deputada Professora Bebel precisou intervir para que a PM de Tarcísio parasse com as agressões contra estudantes na Alesp

O dia 21 de maio ficará marcado na história da Assembleia Legislativa (Alesp) como mais uma data vergonhosa contra a democracia e contra a Educação pública no estado de São Paulo.

Para impor a votação do Projeto de Lei Complementar 9/2024, que cria o programa estadual de escolas cívico-militares, Policiais Militares agrediram adolescentes que exerciam seu direito democrático e constitucional de lutar contra a transformação das escolas estaduais da periferia em verdadeiras escolas-quartel, empregando policiais aposentados que deverão receber salários superiores aos das professoras e dos professores.

Não às escolas-quartel!

Pela truculência com que os



Ampliaremos nossa luta contra as escolas-quartel

estudantes foram tratados na Alesp, dá bem para imaginar o tipo de disciplina que se pretende aplicar

nessas escolas. Não vamos permitir esse ataque. A nova lei é inconstitucional. A Constituição Federal

e a LDB não preveem escolas cívico-militares, sobretudo com dinheiro da Educação, que deve ser empregado na garantir do acesso de todas as crianças e jovens, sem discriminações, a uma sólida formação básica, desde a creche até o ensino médio.

Nas escolas, devem ser assegurados os princípios da diversidade, da liberdade de ensinar e aprender, da pluralidade de ideias e concepções pedagógicas e não repressão e pensamento único, que é o que pretende o governo Tarcísio/Feder, assim como foi feito no Paraná, sob o governo de Ratinho Júnior, do qual Feder também foi secretário da Educação.

As bancadas de oposição na Alesp acionarão a Justiça contra a aprovação das escolas-quartel e nós, da APEOESP, continuaremos atuando junto ao poder judiciário para barrar quaisquer iniciativas neste sentido nos municípios. Já obtivemos mais de uma dezena de vitórias judiciais, a mais recente delas contra a prefeitura de Lins.

Em cada escola trabalharemos para conscientizar professores, estudantes, funcionários, pais e mães, assim como também dialogaremos com toda a sociedade para que não sejam aprovadas as transformações das unidades escolares em escolas-quartel, tendo em vista que a lei determina que haja aprovação da comunidade.

Vamos exigir a convocação dos Conselhos de Escola de forma democrática e participativa. A resistência será forte e ampla em todas as regiões, cada cidade, cada escola!

Vamos juntos em mais esta luta em defesa de nossa Escola Pública! Não às escolas-quartel!

EXPEDIENTE

DIRIGENTES RESPONSÁVEIS:

Francisco de Assis Ferreira e Rui Carlos Lopes de Alencar. **Conselho Editorial:** Fábio Santos de Moraes; Maria Izabel Azevedo Noronha; Francisco de Assis Ferreira; Rui Carlos Lopes de Alencar; Zenaide Honório; Sérgio Martins da Cunha; Roberto Guido; Miguel Noel Meirelles; Rita de Cássia Cardoso; Richard Araújo; Walmir Siqueira; Ozani Martiniano de Souza. **Jornalista responsável:** Rosana Inácio (MTB 37329). Textos de José Rocha Cunha e Luis Brandino Fotos: Rogério Cavalheiro, Érica Catarina, Roberto Parizotti e Angélica Alves. **Diagramação e Edição Gráfica:** Carlos R. Ferreira dos Santos. **Secretárias:** Caroline Anselmo de Carvalho e Amanda Souza. **Impressão:** Graftec. **Tiragem:** 120.000 exemplares. **Circulação Dirigida:** Distribuição Gratuita. Circulação em julho. Publicação bimensal. **Distribuidora:** ACF Jaraguá. Redação: Praça da República, 282 - 5º andar - CEP 01045-000. Matrícula Registrada em microfilme sob nº 129.203 no Terceiro Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

DIRETORIA DA APEOESP - Gestão 2023-2026 EXECUTIVA

Primeiro Presidente: Fábio Santos de Moraes; **Segunda Presidente:** Maria Izabel Azevedo Noronha; **Primeira Secretária Geral:** Zenaide Honório; **Segundo Secretário Geral:** Sérgio Martins da Cunha; **Secretário de Finanças:** José Roberto Guido Pereira; **Vice-Secretário de Finanças:** Miguel Noel Meirelles; **Secretário de Administração:**

Odimar Silva; **Vice-Secretário de Administração:** Edivaldo Máximo; **Secretária de Patrimônio:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Vice-Secretária de Patrimônio:** Maria José Cunha Carretero; **Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Seixas; **Vice-Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais:** Paulo José das Neves; **Secretário de Comunicações:** Francisco de Assis Ferreira; **Vice-Secretário de Comunicações:** Rui Carlos Lopes de Alencar; **Secretário de Formação:** Fláudio Azevedo Lima; **Vice-Secretária de Formação:** Eliane Martiniano de Souza; **Secretária de Política Sindical:** Poliana Fé do Nascimento; **Vice-Secretário de Política Sindical:** Luciano Delgado; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Walmir Siqueira; **Vice-Secretária de Legislação e Defesa dos Associados:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretária de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial:** Rita de Cássia Cardoso; **Vice-Secretário de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial:** Richard Araújo; **Secretária para Assuntos do Aposentado:** Floripes Ingracia Borioli Godinho; **Vice-Secretário para Assuntos do Aposentado:** Maurício Cavalcante dos Santos; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Sueli Fatima de Oliveira; **Vice-Secretária para Assuntos da Mulher:** Eliana Nunes dos Santos; **Secretário para Assuntos Municipais:** Douglas Martins Izzo; **Vice-Secretária para Assuntos Municipais:** Paula Cristina Oliveira Penha; **Secretária de Direitos Humanos:** Mônica Antonio da Silva Fernandes; **Vice-Secretário de Direitos Humanos:**

Jesse Pereira Felipe; **Secretária de Assuntos relativos à Saúde do Trabalhador:** Solange Aparecida Benedetti Peña; **Vice-Secretário de Assuntos relativos à Saúde do Trabalhador:** Josafá Rehem Nascimento Vieira; **Secretário de Assuntos Relativos às Pessoas com Deficiência:** Rodolfo Alves de Souza; **Vice-Secretária de Assuntos relativos às Pessoas com Deficiência:** Maria Regina de Souza Sena; **Secretário Geral de Organização:** Leandro Alves Oliveira; **Secretária de Organização para a Capital:** Ana Paula dos Santos Lima; **Secretário de Organização para o Grande São Paulo:** Fábio Santos Silva; **Secretária de Organização para o Interior:** Andréia Oliveira de Souza Soares; **Secretária de Organização para o Interior:** Cilene Maria Obici; **Secretária de Organização para o Interior:** Eliane Aparecida Garcia; **Secretária de Organização para o Interior:** Sonia Maria Maciel.

DIRETORIA ESTADUAL COLEGIADA - DEC

Ademar de Assis Camelo; Aido Josias dos Santos; Alexandre Tardelli Genesi; Alfredo Andrade da Silva; Ana Amália Pedrosa Curtarelli; Ana Claudia dos Santos; Ana Lúcia Santos Cugler; Anita Aparecida Rodrigues Marson; Antonio Carlos Silva; Antônio de Jesus Rocha; Antonio Gandini Junior; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carlos Roberto dos Santos; Carmen Lulza Urquiza de Souza; Claudio Juhns Rodrigues; Cleofas Teixeira Barbosa; Cloves Soares Lauto; Dagmar Aparecida Rodrigues Silveira; Deborah Cristina Nunes; Denise Alves Moreira;

Dorival Aparecido da Silva; Edivaldo de Marchi; Evaristo Balbino da Silva; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fátima Aparecida Rodrigues dos Santos de Campos; Geraldo César Martins de Oliveira; Gilmar Ribeiro; Hamed Mauch Bittar; Jefferson de Albuquerque Cypriano Rosa; João Luis Dias Zafalão; Joaquim Soares da Silva Neto; Jorge Leonardo Paz; José Bonfim Ferreira do Prado; José Carlos Brito Silva; José de Jesus Costa; José Geraldo Corrêa Junior; José Reinaldo de Matos Lima; Josefa Gomes da Silva; Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal de Aguiar Penteado Neto; Karen Aparecida Silveira; Leonor Penteado dos Santos Peres; Luci Ferreira da Silva; Luís Antonio Nunes da Horta; Luzelena Feitosa Vieira; Marcelo de Oliveira Santos; Marcos Rogério Jesus Chagas; Maria Carlota Niero Rocha; Maria Consoladora da Silva; Maria de Lourdes Cavichiole; Maria de Lourdes Mantovani Pavam; Maria Helena de Carvalho; Maria José Blondel Enríque; Maria Lúcia Ambrosio Orlandi; Matheus Corrêa Siqueira; Maurício Avancini; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberto Fernandes Tofoli; Roberto Mendes; Rodolfo Vieira Saraiva; Ronaldo Torelli; Ronaldo Nascimento Mota; Ronaldo Rodrigues dos Santos; Rosa Maria de Araújo Florentini; Rosane de Matos; Suzi da Silva; Uilder Cácio de Freitas; Vânia Pereira da Silva; Wilian Hugo Correa dos Santos; Wilson Augusto Fluzza Frazão; Yara Aparecida Bernardi Antoniali.

Licença maternidade para professoras em situação de parto prematuro

O Departamento Jurídico da APEOESP vem conseguindo a prorrogação da licença maternidade, para além dos 180 dias, para casos de partos prematuros.

A prorrogação da licença maternidade, para casos de partos prematuros, é uma medida crucial para garantir o bem-estar tanto da mãe quanto do bebê. O reconhecimento desse direito pelo judiciário demonstra uma sensibilidade para com as necessidades específicas dessas situações, levando em consideração não apenas a saúde física, mas também o vínculo emocional entre mãe e filho.

Ao iniciar a licença maternidade na data da alta da mãe ou da criança, e não na data de nascimento, o judiciário está reconhecendo a importância desse período inicial para o desenvolvimento do bebê e para a recuperação da mãe, especialmente em casos de prematuridade, onde os cuidados podem ser ainda mais intensivos.

Essa extensão da licença maternidade não apenas atende às necessidades individuais das famílias em momentos delicados, mas também reflete o compromisso do Estado em garantir o bem-estar da população, em linha com os princípios de proteção à maternidade e à infância presentes na legislação brasileira.

As associadas em licença maternidade sem este direito podem recorrer ao Departamento Jurídico da APEOESP em sua subsele.

Licença paternidade de 180 dias

Mais uma grande conquista através das ações judiciais: concessão da licença paternidade de 180 dias em situações delicadas, tais como o falecimento da gestante durante ou após o parto.

Essa vitória representa um marco na luta pela garantia de direitos dos professores e de suas famílias, proporcionando um período estendido para que os pais possam cuidar e se dedicar aos seus filhos em momentos de extrema dificuldade.

A medida reflete o compromisso contínuo da APEOESP em buscar soluções jurídicas que promovam o bem-estar e a proteção dos seus associados diante de circunstâncias adversas. Além disso, reforça a importância do apoio institucional para assegurar a equidade e a justiça em todas as esferas da vida profissional e pessoal dos docentes.

APEOESP reintegra docente demitida injustamente

Em um desdobramento marcante, a APEOESP alcançou vitória em favor de uma docente injustamente demitida. A profissional, que enfrentava problemas de saúde mental, foi alvo de uma pena severa de demissão por supostas infrações disciplinares.

A reviravolta no caso ocorreu quando ficou evidente que a docente havia sido previamente absolvida em outro Processo Administrativo Disciplinar (PAD). O laudo emitido pelo IMESC comprovou que seus problemas psiquiátricos comprometiam suas faculdades mentais, impossibilitando-a de estar plenamente consciente durante a suposta infração.

Contudo, no segundo PAD, a docente foi surpreendentemente condenada à demissão sem que uma nova perícia fosse realizada, infringindo assim procedimentos legais fundamentais. Diante dessa injustiça, o jurídico da APEOESP não hesitou em intervir.

Através de uma ação de anulação do PAD, o Sindicato obteve uma decisão liminar que garantiu a reintegração da docente ao seu cargo. Esse desfecho não apenas restaura a dignidade e os direitos da profissional, mas também reafirma o compromisso incansável da APEOESP em defender seus associados contra injustiças.

Orientações de formalização de demandas nas escolas e DEs

Diante de qualquer violação ou ameaça aos seus direitos, é fundamental que todas as interações com os superiores hierárquicos (Diretores de Escola e de Ensino) e a equipe de coordenação da escola sejam formalizadas por escrito.

É importante ressaltar que os atos praticados pela administração pública gozam de presunção de veracidade. Portanto, sem provas escritas, nosso Departamento Jurídico enfrentará dificuldades para intervir a favor dos associados, pois será uma palavra contra a do superior hierárquico.

Assim, caso enfrentem qualquer problema, recomendamos que pleiteiem a solução através de requerimento por escrito, em duas vias. Além disso, caso o problema ocorra em uma reunião, solicitamos que o docente requirite a respectiva ata.

Essas medidas são essenciais para garantir a defesa eficaz dos seus direitos e para assegurar que todas as questões sejam tratadas de maneira transparente e formalizada.

Entenda como funciona o pagamento de ações judiciais

Temos recebido inúmeras indagações sobre a demora nos pagamentos provenientes de ações judiciais. É fundamental esclarecer que, apesar das especulações, a APEOESP não faz cobranças indevidas ou retém valores pertencentes aos associados.

A APEOESP, como o maior Sindicato da América Latina, atua em um volume massivo de processos, superando até mesmo escritórios de advocacia renomados.

Devido a essa demanda abrangente, optamos por abordagens coletivas em vez de ações individuais, visando eficiência e celeridade. Por exemplo, em casos como os direitos relacionados à GAM, BÔNUS e GTE, agrupamos até 50 professores em uma única ação.

Após nossa vitória nos processos, a Fazenda deve comprovar os pagamentos a todos os docentes envolvidos, viabilizando o repasse dos valores. Em seguida, nossos advogados devem organizar os processos e valores de cada professor e encaminhar as quantias ao Setor de Repasse.

Ao receber os valores dos advogados, o Setor de Repasse efetua o pagamento em até 60 dias. Nessa fase, geralmente, encontramos como principal obstáculo a **localização dos professores**, pois há cadastros desatualizados há décadas, sendo uma verdadeira saga encontrar cada um dos docentes.

Para isso, contamos com a colaboração das subsele para obter informações atualizadas e **recomendamos a todos os associados que mantenham seu cadastro atualizado (endereço, e-mail, telefone e dados bancários)**.

Uma vez localizados, o Setor de Repasse envia um Telegrama solicitando os documentos e dados bancários necessários. Esse procedimento visa garantir a segurança das informações e evitar possíveis erros ou fraudes nos pagamentos.

Reforçamos nosso compromisso em garantir que cada associado receba seus direitos de forma justa e transparente.

Veja abaixo as principais indagações e respostas sobre estes processos:

Nossa, realmente a APEOESP acaba demorando. Vale a pena contratar um advogado particular?

Resposta: NÃO. Contratar um advogado particular pode parecer uma solução rápida, mas na maioria dos casos não é a melhor opção, pois nosso departamento jurídico já venceu a ação, aguardando apenas o pagamento pela Fazenda.

Mas e se eu contratar um advogado particular?

Resposta: Bem, nesse caso, é importante considerar que o advogado particular cobrará honorários de cerca de 30%. Isso significa que você perderá 30% do seu direito apenas para o advogado realizar o levantamento do valor.

Mas por que a APEOESP não cobra honorários?

Resposta: É uma excelente pergunta. Embora possamos realizar esse tipo de cobrança, optamos por prestar os serviços jurídicos sem custos adicionais para o associado. Estamos comprometidos em garantir seus direitos sem prejudicá-los financeiramente.

E quanto às custas do processo?

Resposta: Ah, as custas do processo são um ponto importante. Mesmo sendo uma responsabilidade legal do associado, a APEOESP realiza o pagamento, assumindo um "prejuízo" que chega a dezenas de milhares mensais. Estamos dedicados a proteger os direitos de nossos associados, mesmo que isso signifique arcar com esses custos adicionais.